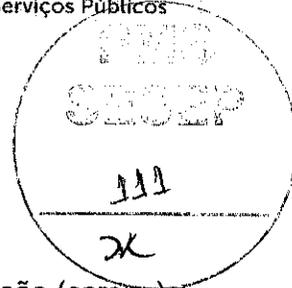


PARECER JURÍDICO

PARECER N° 067/2020 – COJUR/SESEP
PROCESSO N° P118660/2020



EMENTA: Licitações e Contratos Administrativos. : Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços n° 05/2019, Pregão Presencial n° 02/2019 da Câmara Municipal de Fortaleza, cujo objeto é o “Registro de preços para contratação dos serviços de locação de veículos, através de diária sob demanda, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência. Aprovação.

I - DO RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre pedido, enviado pela Coordenadoria Administrativa da SESEP, para a solicitação de Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços n° 05/2019, Pregão Presencial n° 02/2019 da Câmara Municipal de Fortaleza, cujo objeto é o “Registro de preços para contratação dos serviços de locação de veículos, através de diária sob demanda, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, tendo como empresa fornecedora a empresa **CASABLANCA RENT A CAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 03.977.401/0001-94, presente pleito foi justificado pelo setor requisitante conforme disposto abaixo:

“A Respeitando o fato de que a Secretaria de Serviços Públicos (SESEP) passou por uma reforma administrativa se desvinculando da Secretaria da Infraestrutura (SEINF) da qual pertencia, conforme Lei n° 1866 de 30 de abril de 2019, publicada no dia 30 de abril de 2019 no Diário Oficial do Município de Sobral. A Secretaria de Serviços Públicos- SESEP, realiza diversas ações, atividades e serviços de ordem administrativa, de planejar, coordenar, disciplinar, executar, operacionalizar e orientar as políticas públicas de Transporte Público Municipal, limpeza Municipal e Iluminação Pública.

Dessa forma, a SESEP necessita da locação de 08 (oito) veículos tipo passeio, visando manter o pleno funcionamento das atividades das Coordenações, quais sejam:

01 (um) veículo para a Unidade de Gerenciamento de Transportes Públicos Coletivos do Município de Sobral - UGTP;

01 (um) veículo para a Coordenação Administrativa Financeira;

01 (um) veículo para Coordenação de Mobilidade;

01 (um) veículo para Coordenação Iluminação Pública;

04 (quatro) veículos para Coordenação de limpeza Pública;

A contratação em questão é necessária para a melhoria do desempenho das atividades operacionais da Secretaria e se destina a dar continuidade à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal de cada Coordenação. A SESEP não possui automóveis para o descolamento dos profissionais das Coordenações e Gerências, para realizar ações rotineiras e, de acordo

com o planejamento da Secretaria que contempla tarefas diversas, de

complexidade variada, da qual visa atender às demandas a ela vinculadas, se faz necessário a Adesão a Ata para a realização de suas tarefas precípuas no atendimento aos deslocamentos, no intuito de melhorar significativamente a qualidade dos serviços e suprir as deficiências identificadas.”

As peças processuais, até o presente momento carreado aos autos, são:

- a) Ofício exarado pela Coordenadoria Administrativa Financeira da SESEP;
- b) Justificativa exarada pela Coordenadoria Administrativa Financeira da SESEP;
- c) Ofícios solicitando ao órgão gerenciador da Ata a devida anuência para a adesão a ata;
- d) Autorização do órgão gerenciador ;
- e) Ofício solicitando autorização à empresa CASABLANCA RENT A CAR LTDA, para a adesão a Ata de Registro de Preços em epígrafe;
- f) Anuência da empresa CASABLANCA RENT A CAR LTDA;
- g) Termo de Referência;
- h) Cópia do Edital da licitação de origem;
- i) Homologação e Adjudicação da licitação de origem;
- j) Ata de Registro de Preços na íntegra e sua respectiva publicação;
- k) Documentos de Habilitação da Empresa Fornecedora e Declaração relativa ao Trabalho de Empregado Menor, visando demonstrar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- l) Autorização da autoridade máxima da SESEP e solicitação de Parecer Jurídico.

É o relatório. Passamos a opinar.

II - DO PARECER

Primeiramente, destaco competir a esta Assessoria Jurídica prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Assessoria examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Ademais, destaco que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por esta

Coordenadoria Jurídica. Ou seja, o presente opinativo apresenta natureza obrigatória, porém não vinculante. Vejamos o que dispõe o julgado do MS 24.631-6, *in verbis*:

“É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido. (STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator(a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008)”.

Ensina Ronny Charles, na obra “Leis de Licitações Públicas Comentadas” (p. 84, 2011), que o registro de preços é um procedimento permitido pela legislação, de forma a facilitar a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e à aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se deflagrar certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de obtenção dos bens e serviços sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos e de modo proporcional à demanda da Administração.

Cumpra destacar que há procedimento, denominado “carona” ou “solicitação a adesão à ata de registro de preços”, acessório à formação da ata de registro de preço, consistente na adesão a esta por outros entes públicos. Tal instituto encontra amparo legal e constitucional e está regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, **alterado pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30 de Agosto de 2018.**

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos visa a Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços nº 05/2019, Pregão Presencial nº 02/2019 da Câmara Municipal de Fortaleza. Por este modo de aquisição, o órgão participante possui a faculdade de aderir à ata de registro de preço após a devida consulta ao órgão gerenciador e a respectiva aceitação pelo fornecedor, condutas que foram devidamente observadas pelo requerente, que obteve anuência do gestor da ata bem como do fornecedor. Outrossim, este pleito também obedece ao limite imposto por lei às contratações adicionais, **que não devem ultrapassar cinquenta por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço. É o que consta no art. 22, parágrafo terceiro, do Decreto nº. 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018 e § 3º do Decreto Municipal nº 2.227/2019 de 30 de agosto de 2019, *in verbis*:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 114

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.** (REDAÇÃO ALTERADA PELO DECRETO Nº 9.488/2018).

Art. 31. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nas esferas Municipais, Estaduais ou Federal, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante a aceitação do órgão gerenciador.

§3º As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Após analisar a solicitação da Coordenadoria Administrativa da SESEP, verificamos que as especificações técnicas dos serviços solicitados são compatíveis com o que está disposto a ser fornecido pela empresa participante, não havendo, portanto, nenhum óbice quanto à sua utilização. Destacamos também que o procedimento ora requerido está em conformidade com os requisitos e definições dispostos na Lei 8.666/93, artigo 15, que trata das aquisições pelo Poder Público, bem como no disposto nos decretos federais supracitados.

De fato, não se percebe nenhuma impossibilidade para a adesão da Secretaria de Serviços Públicos à ata de registro de preços em epígrafe, através da modalidade de carona. Em verdade, tal ato se apresenta como imperativo de atendimento ao interesse público, princípio formadora a atividade administrativa.

Impende destacar que a presente peça da lavra de advogado público tem caráter meramente opinativo acerca da viabilidade jurídica do pleito. Logo, as manifestações do advogado público não são deliberativas e nem vinculam o requerente, ficando a decisão a cargo da autoridade superior ordenadora de despesas. Tal entendimento emerge das decisões pacíficas e remansosas do Supremo Tribunal Federal que abaixo seguem transcritas:

DECISÃO

Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei



115

das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: IMPOSSIBILIDADE, dado que o parecer não é ato administrativo sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. Celso Antônio Bandeira de Mello, "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Ed 13a ed., p. 377. II - O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8.906/94, art. 32. III - Mandado de Segurança deferido. (STF. Mandado de Segurança n°. 30928-DF. Relator Ministro Carlos Velloso. 05 de novembro de 2002).

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, esta Coordenadoria opina pelo prosseguimento do processo de solicitação de Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços n° 05/2019, Pregão Presencial n° 02/2019 da Câmara Municipal de Fortaleza, cujo objeto é o "Registro de preços para contratação dos serviços de locação de veículos, através de diária sob demanda, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, tendo como empresa fornecedora a empresa **CASABLANCA RENT A CAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 25.165.749/0001-10, no valor de R\$ 209.664,00 (duzentos e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais), tendo em vista não haver nenhum óbice legal para a contratação ora sob análise.

Remeta-se os autos do presente processo ao Exmo. Sr. Secretário de Serviços Públicos para considerações. Em seguida, encaminhe-se à presente demanda à Central de Licitações de Sobral/CE para providências.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sobral – Ceará, aos 24 de junho de 2020.

Dayelle Kelly C. Rodrigues
DAYELLE KELLY COELHO RODRIGUES
Coordenadora Jurídica da SESEP
OAB/CE n° 26.899